



Universidades Lusíada

Rosa, Vânia

Abreu, Sónia Guadalupe

A rutura dos laços sociais nas narrativas da pessoa em situação de sem-abrigo

<http://hdl.handle.net/11067/1730>

<https://doi.org/10.34628/by6f-mx70>

Metadados

Data de Publicação	2015
Resumo	Introdução: A pertinência da rutura e reconstrução dos laços sociais nas pessoas em situação de sem-abrigo leva-nos à abordagem dos seus processos idiossincráticos de emergência e manutenção do capital social nos laços sociais. Objetivos: A investigação pretende, através dos discursos de pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo, compreender como são vivenciadas as ruturas com os laços sociais e como são equacionados os laços sociais. Metodologia: O estudo, de natureza qualitativa, ...
Palavras Chave	Sem-abrigo - Portugal
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 42-45 (2015)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-23T16:49:15Z com informação proveniente do Repositório

A RUTURA DOS LAÇOS SOCIAIS NAS NARRATIVAS DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Vânia Rosa

ISMT, Instituto Superior Miguel Torga

APPDA - Coimbra

E-mail: vaniasofiarosa@gmail.com

Sónia Guadalupe

ISMT, Instituto Superior Miguel Torga

CEPESE, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

E-mail: guadalupe@ismt.pt

Resumo

Introdução

A pertinência da rutura e reconstrução dos laços sociais nas pessoas em situação de sem-abrigo leva-nos à abordagem dos seus processos idiossincráticos de emergência e manutenção do capital social nos laços sociais.

Objetivos

A investigação pretende, através dos discursos de pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo, compreender como são vivenciadas as ruturas com os laços sociais e como são equacionados os laços sociais.

Metodologia

O estudo, de natureza qualitativa, utilizou a entrevista semiestruturada para aceder às narrativas. A sua categorização foi feita através da análise de conteúdo, baseando-se a grelha analítica no conceito de laço social de Serge Paugam (2009).

Os seis participantes no estudo foram selecionados pela acessibilidade e disponibilidade dos indivíduos em situação de sem-abrigo na cidade de Coimbra, em responder à entrevista, sendo a amostra não probabilística.

Resultados

Das narrativas dos seis entrevistados verificou-se que apresentam uma escassa rede de apoio (formal e/ou informal). Emergiu dos seus discursos que um dos principais fatores que concorre para a emergência da situação de sem-abrigo é a rutura com os diferentes tipos de laços sociais, sobretudo os familiares, que potencia a diminuição da rede de suporte. A rutura dos laços de filiação e parentescos foram identificados pelos entrevistados como o principal fator para a emergência da situação de sem-abrigo, evidenciando também uma quebra dos níveis de confiança para a possível criação de novos laços ou reativação/reconstrução dos laços quebrados.

Conclusão

O conhecimento dos processos de rutura e (re)construção dos laços sociais nas pessoas em situação de sem-abrigo, pelas suas próprias vozes, permitirá contribuir para a co-construção de estratégias de intervenção do Serviço Social no contexto deste problema social e com pessoas nesta situação (Rosa, 2012).

Palavras-chave: Laços Sociais; Rutura; Capital social; Sem-abrigo.

Introdução

A situação de sem-abrigo remete para um *continuum* que abarca desde aqueles que não têm casa até aos que têm um alojamento inadequado e/ou inseguro, ultrapassando em larga medida a condição de não ter um abrigo ou de viver na rua, de acordo com a tipologia ETHOS (*European Typology of Homelessness*) que reporta para quatro situações de sem-abrigo: 1) sem-teto; 2) sem alojamento; 3) com habitação precária; 4) com habitação inadequada (FEANTSA, 2005). No entanto, as duas primeiras categorias têm sido as mais associadas à situação de sem-abrigo, tanto a nível do senso comum como nas estatísticas.

É assumidamente difícil estimar a dimensão do fenómeno (Costa, 2007). As estatísticas existentes em Portugal apresentam claras limitações na caracterização das situações de sem-abrigo, sendo disso exemplo o conceito de sem-abrigo utilizado nos censos populacionais do Instituto Nacional de Estatística (2012), apenas centrado na categoria dos “sem-teto”, ou seja, nas pessoas a viver na rua ou em espaços públicos, indicando que em 2011 a população residente sem-abrigo em Portugal era de 696 pessoas (população presente: 682; INE, 2012), número muito aquém do que outros estudos têm vindo a reportar, em aproximações parcelares à realidade conhecida. Até ao final do século XX apenas contávamos com estimativas, com margens amplas (Bento, Barreto & Pires, 1996), tendo o Instituto da Segurança Social (ISS, 2005) levado a cabo um estudo em 2005 que exprimia o número de situações de sem-abrigo identificadas por diferentes instituições, baseado na tipologia ETHOS, apontando para 13677 casos a nível nacional (ISS, 2005, p. 54), cerca de 40% dos quais sinalizados na cidade de Lisboa, não sendo, no entanto, possível apresentar um número total preciso, uma vez que pessoas nesta situação são frequentemente multiassistidas. Em Lisboa, eram reportados 856 casos em 1998 e 1330 em 2000 (segundo estudos do LNEC, *cit in* SCML, 2014), sendo que os resultados provisórios do diagnóstico social mais recente, de sinalização transversal, identificam 852 casos na cidade de Lisboa (SCML, 2014). Em Coimbra, contexto onde se desenvolve o presente estudo, as instituições reunidas no PISACC (Projeto de Intervenção com Sem-Abrigo do Concelho de Coimbra), no seu conjunto, em média, indicaram ter atendido entre 87 a 99 pessoas sem-abrigo, nos anos de 2005 a 2007, tendo no máximo sido acompanhadas 210, 224 e 163 pessoas, em 2005, 2006 e 2007, respetivamente (Gomes & Guadalupe, 2011). O diagnóstico social concelhio (Rede Social de Coimbra, 2010) refere que em 2009, segundo dados do PISACC, estavam sinalizados 186 casos, os quais eram acompanhados institucionalmente na sua maioria. Notícias de março de 2013, divulgadas em órgãos de comunicação social, dão conta de um levantamento na cidade de Coimbra, estudo por publicar levado a cabo em 2013, que sinalizou 256 pessoas em situação de sem-abrigo (AMI, 2013).

Para além dos números é necessário conhecer melhor os determinantes sociais. São apontados muitos fatores que concorrem para a emergência e

manutenção da situação de sem-abrigo na contemporaneidade, prevalecendo simultaneamente os fatores de ordem estrutural e individual. A nível estrutural destacam-se as condições socioeconómicas, a exclusão social e os processos de desinstitucionalização. A nível individual apontam-se as perturbações psiquiátricas, os défices educacionais e profissionais, a desafiliação e a identificação cultural (Bento & Barreto, 2002, p. 32). Entendido mormente como um problema individual, reveste-se de figuras estereotipadas que oprimem a cidadania destas pessoas, que vivem e dão expressão a um grave problema social estrutural que entrecruza de forma complexa múltiplos determinantes.

A situação de sem-abrigo resulta frequentemente de um processo complexo de exclusão social que envolve vários fatores e sucessivas ruturas com os vários sistemas sociais básicos e de pertença (Castel, 1990; Costa, 2007). A partir de um estudo realizado para a FEANTSA (Federação Europeia das Associações que Trabalham com os Sem-Abrigo), em 1997, Costa (2007, p. 79) refere que “os factores que mais frequentemente conduzem à situação de sem-abrigo situam-se nas áreas da saúde, desemprego, problemas familiares e relacionais”, com a pobreza, a privação e a destituição como pano de fundo. No domínio relacional, o estudo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML, 2014) revela que 54,2% dos inquiridos afirmam ter filhos, dos quais 36,2% nunca os contacta e 13,8% mantem contactos diários, e 49,1% refere não ter contacto com outros familiares. A partir dos resultados provisórios deste estudo, enfatiza-se que “mais do que uma situação de vulnerabilidade, que implica a privação e a falta de recursos, e de exclusão social, que nos remete para um problema de cidadania (...), a situação de sem-abrigo é uma situação de rutura” (SCML, 2014, p. 49).

Genericamente, podemos falar de um processo de rutura nos laços sociais, quer seja com os laços a nível micro como macro. Paugam (2009, p. 63) afirma que os laços sociais “são múltiplos e de natureza diferente, mas todos eles fornecem aos indivíduos simultaneamente a proteção e o reconhecimento necessário à sua existência social”. Em função destas duas dimensões o autor distingue **quatro tipos de laços sociais** (Paugam, 2009, p. 63), a saber:

- 1) laços de filiação – referem-se aos laços familiares, sobretudo entre pais e filhos, tendo funções ao nível da socialização e da construção identitária dos indivíduos. Podem ser entendidos como laços de proteção, pela possibilidade de contarmos com a solidariedade dos familiares, e enquanto laços de reconhecimento, porque transmitem uma dimensão afetiva. Estes laços permitem uma solidariedade intergeracional, representando a sua rutura um défice de proteção perante as vicissitudes da vida, e potenciando sentimentos como o abandono e a rejeição;
- 2) laços de participação eletiva – tratam-se dos laços da socialização extrafamiliar (cônjuges, amigos e outros membros da rede social pessoal informal). Pressupõem uma seleção, sendo o indivíduo o responsável pela construção da rede de pertença, selecionando membros que distingue da massa anónima da sociedade. A rutura deste tipo de laço está relacionada

com um potencial isolamento relacional, podendo originar rejeição do grupo de pares e sentimentos de traição e abandono.

- 3) laços de participação orgânica – remetem para os laços estabelecidos entre os atores da vida profissional. Tais laços proporcionam o reconhecimento social pelas funções laborais que o indivíduo desempenha, implicando também, geralmente, uma forma de proteção contratualizada. A rutura dos laços de participação orgânica (ou até a sua precarização) faz frequentemente emergir sentimentos de inutilidade e de humilhação social, sendo quase sempre tida como uma rutura-chave nos processos de vulnerabilização e de exclusão social.
- 4) laços de cidadania – estabelecem-se entre os membros de uma comunidade política, favorecendo a proteção conferida pelos direitos civis, políticos e sociais, e reconhecendo o sujeito enquanto cidadão, em igualdade perante a lei. A rutura destes laços, que se configurará de diferentes formas, poderá significar o não reconhecimento dos direitos ao cidadão, diminuindo, restringindo ou usurpando a sua cidadania.

Estes quatro tipos de laços sociais estão entrecruzados e são complementares, constituindo o tecido social que envolve o indivíduo. Os laços sociais são um conjunto de elementos que unem os indivíduos entre si, sendo múltiplos e de diferentes naturezas, dependendo a socialização, em grande medida, das formas de vida e das culturas. As pessoas tendem a definir-se e a relacionar-se de acordo com as expectativas relativamente aos outros e ao contexto, daí não ser invulgar falar-se da crise do laço social e da necessidade de renovar o laço social (Balsa, 2006; Leandro & Ferreira, 2011). A atual crise financeira, económica e social na Europa, assim como as anteriores, e o desinvestimento nas políticas públicas, obriga a que os indivíduos reflitam sobre os laços que os unem à e na sociedade.

O enfraquecimento dos laços sociais potencia a desafiliação. Este conceito, proposto por Castel (2003, p. 50), caracteriza uma “ruptura em relação às redes de integração primária; um primeiro desatrelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário”. Existe risco de desafiliação quando “o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição territorial familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção” (Castel, 2003, p. 51). Este conceito permite-nos apreender as alterações societais que estão a ocorrer nas sociedades hodiernas de forma dinâmica.

Discutindo a fragilização dos laços na proteção e no reconhecimento face aos processos de exclusão que encontramos refletidos na vida das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo, poder-se-á afirmar que os laços sociais que ligam tais sujeitos à esfera social (filiação e participação eletiva), laboral (participação orgânica) e política (na esfera da cidadania) estão num processo de esboroamento.

Um dos fatores-chave reportado como estando envolvido no processo de tornar-se sem-abrigo é precisamente o enfraquecimento ou a falta de redes sociais, fundadas no bem-estar, presentes nas sociedades contemporâneas (Domandzic, s.d., p. 18). Geralmente, as redes sociais primárias e secundárias permitem obter recursos que se podem traduzir em apoio emocional, informativo, material e instrumental (Sluzki, 2006; Barrón, 2006; Guadalupe, 2009), ou seja, são geralmente fontes de suporte, bem-estar e de capital social, embora nem sempre a existência de uma rede social e de laços seja sinónimo da existência efetiva de recursos e de suporte social (Guadalupe, 2009). A noção de rede “ênfatiza relações entre diversidades que se integram, os fluxos de elementos circulantes nessas relações, os laços que potencializam a sinergia coletiva” (Mance, 2009, p. 279).

Objetivo

O artigo apresenta parcialmente os resultados de um estudo que teve como objetivo geral compreender os processos de emergência e manutenção do capital social nos laços sociais das pessoas em situação de sem-abrigo. Aqui centramo-nos na análise e compreensão das trajetórias da situação de sem-abrigo (no seu eixo espaço-temporal), nos principais tipos de laços sociais das pessoas em situação de sem-abrigo, na relação que estabelecem com as instituições, e na perceção sobre as suas redes sociais pessoais.

Material e Métodos

A presente investigação inscreve-se no âmbito da pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Na recolha de informação foi utilizada a entrevista semiestruturada e na sua avaliação privilegiou-se a análise de conteúdo. A categorização foi constituída *a priori*, tendo por base um modelo de análise elaborado de acordo com a revisão da literatura (Rosa, 2012), não tendo emergido novas categorias na análise de conteúdo efetuada às entrevistas.

A amostra deste estudo é composta por 6 indivíduos do sexo masculino, 5 de nacionalidade portuguesa e 1 iraquiana. As idades variam entre os 22 e os 53 anos. No que se refere à escolaridade todos são alfabetizados, dois têm o 4º e o 6º ano de escolaridade, um tem o 9º ano e com o 12º ano temos apenas um indivíduo, sendo os indivíduos mais jovens os que apresentam menor escolaridade. No que se refere à situação profissional apenas um está atualmente empregado, estando cinco indivíduos no desemprego. As profissões exercidas anteriormente pelos indivíduos entrevistados são variadas: carpinteiro (n=2), operário da construção civil, motorista, marceneiro e empregado na hotelaria (n=1, respetivamente).

Apresentação e Discussão dos Resultados

Nas várias dimensões de análise dos laços sociais pretendeu-se compreender de que forma os diferentes tipos de laços, apresentados por Paugam (2009), influenciam e são equacionados na vivência de uma situação de sem-abrigo. Para tal, focalizámos as narrativas emergentes das entrevistas aos 6 atores sociais sobre a sua trajetória de vida (a nível familiar, profissional e relacional), tendo em conta contextos relacionais cruciais no estabelecimento dos vínculos primários.

Apresentamos os resultados, organizando-os em torno das principais dimensões do constructo central:

- 1) laços de filiação e de parentesco;
- 2) laços de participação eletiva;
- 3) laços de participação orgânica;
- 4) laços de cidadania;
- 5) redes sociais.

Laços de filiação e de parentesco

Analisando a primeira dimensão, relativa aos laços de filiação e parentesco, quando colocada a questão “O que o levou a viver na rua?”, dois dos seis entrevistados referem que foi devido à rutura nos laços de consanguinidade (entre pais e filhos ou irmãos).

Chateei-me com os meus pais. (...) Discussões atrás de discussões e depois baterem em família e isso... (...) O meu pai (pausa). (...) Com 16 anos [idade com que começou a dormir na rua] (ent. B).

Eu cheguei à situação de rua porque não tinha meios para estar... aliás, eu não conseguia... Eu tenho uma irmã e dou-me mal com ela. E também não quis pedir ajuda a ela. Depois chegou o ponto em que a gente fica na rua. (...) O pior foi a morte dos meus pais. A minha mãe faleceu de doença e passado cinco meses o meu pai enforcou-se (ent. C).

Nas sociedades familistas (Portugal, 2006; 2011), os laços de filiação e parentesco constituem uma base muito relevante da pertença social, tendo funções ao nível da socialização, da proteção e da construção identitária dos indivíduos (Paugam, 2009, p. 64-68). Os valores familistas “parecem marcar profundamente as relações sociais no nosso país, enraizadas nas representações e práticas dos indivíduos e, também, no enquadramento jurídico que rege as relações familiares” (Portugal, 2006, p.96). O estudo da autora afirma que a rutura dos laços sociais pode originar desequilíbrio emocional e material, uma vez que há o “apelo aos valores familistas e a centralidade da família na proteção social” (Portugal, 2006, p.6; Portugal, 2011), reforçando ainda que na sociedade portuguesa é “nos laços familiares que a maioria das pessoas encontra resposta para as suas necessidades de apoio material e afetivo” (Portugal 2006, p.488),

sendo elas cruciais para os indivíduos fornecendo segurança e apoio. Estes poderão também funcionar como uma “dimensão representacional partilhada que permite a criação das identidades individuais através de uma identidade coletiva familiar” (Aldeia, 2011, p. 77). Assim, a sua rutura poderá ser um fator determinante na situação de sem-abrigo. Os seis participantes fazem referência à família ao longo das entrevistas evidenciando alguma nostalgia (ou até mesmo idealização deste tipo de laços) e a relevante posição que estas tiveram ou têm na sua vida, mesmo que os contactos com ela não existam ou que estes sejam esporádicos.

Tenho tantas pessoas aqui em Portugal em quem possa pedir ajuda. **A quem?** À minha família toda. **E eles ajudavam-no?** Sim, penso que sim. Ninguém me diria que não. Todos gostam de mim e têm boas recordações minhas. **E porque não o faz?** Não sei. *Porque não tenho dinheiro no telefone, se calhar.* **E quando tem dinheiro no telefone?** Sabes há quanto tempo é que eu não tenho dinheiro? Já não me lembro de ter dinheiro. É verdade, portanto (risos). Acho que não iria ter problemas nenhuns. Tenho irmãos empresários, tenho a minha casa de família. E é bem perto daqui (...). Há dias estive a falar com a minha irmã, a minha R. e ela disse-me: tu não conheces a tua sobrinha (ent. E).

Os entrevistados não têm contactos frequentes com a família, nem ativam esses contactos por razões que parecem difíceis de verbalizar. O único que mantém contacto com os filhos, fá-lo esporadicamente, e não revela a situação em que se encontra. Alguns entrevistados fizeram algumas tentativas para restabelecer os laços de filiação e parentesco, mas esta tentativa foi frustrada na maior parte das vezes, como ilustra o excerto.

Tem irmãos? Da minha própria família lá no I. [país estrangeiro] tenho 3 irmão. Um está em L. [país estrangeiro], outro em I. [país estrangeiro] e outro na H. [país estrangeiro]. São todos artistas plásticos. **Costuma ter contacto com eles?** Sim. Costumamos escrever e telefonar. Quando eu tinha dinheiro ia visitá-los. Cheguei a ir à H. [país estrangeiro]. **Eles sabem que o F. está na rua?** (pausa longa). Eu quando escrevo não digo que estou na rua. Digo que não tenho casa e que estou a ser ajudado pelos amigos E... e que não tenho a minha própria casa. **O que eles pensam sobre isso?** Dizem que tenho que me mexer, lutar. Porque eles pensam que... a vida lá é diferente. Nestes países o nível de apoio social... (pausa). Também existem sem-abrigo lá. Eles não sabem como é cá. **E a restante família?** *Só ficamos nós os três* (ent. F).

No entanto, em caso de necessidade, a primeira escolha recai sobre o recurso aos familiares. Mas nem sempre esse pedido de auxílio chega a concretizar-se, pois, por vezes, existe vergonha da situação em que se encontram, ou devido à falta de meios, ou ainda por causa de ruturas relacionais. Tal desafia-nos a (re)pensar o lugar da família na sociedade e a refletir sobre o seu lugar na provisão do bem estar individual e coletivo. A crise do Estado-Providência impulsiona a (re)descoberta da chamada Sociedade-Providência, ou seja, da “ideia de que as redes informais e, sobretudo, a família, são um elemento importante no apoio social” (Portugal, 2007,

p.16), fundamental para o bem estar numa sociedade. Segundo Boaventura Sousa Santos (1995) o Estado-Providência nunca atingiu o seu pleno desenvolvimento, impulsionando, desta forma, a emergência de uma Sociedade-Providência forte, que define como as “redes de relações de interconhecimento mútuo e de entreajuda baseada em laços de parentesco e de vizinhança, através dos quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom” (Santos, 1995, p. 1). No entanto, os princípios e valores que lhe estão na base são profundamente distintos (Guadalupe, 2003, p. 79), bem como as prestações e recursos que daí ocorrem, agudizando-se a relação desequilibrada na provisão informal quando, atualmente, as suas fontes estão a ser fortemente condicionadas por medidas de austeridade que parecem deixar pouca margem (também) para a provisão informal. Note-se que, numa situação de privação, “os factores que atingiram os indivíduos na sua capacidade de resposta, afectaram igualmente as suas redes de solidariedade primárias, limitando a sua operatividade, tornando-as incapazes de constituir uma fonte alternativa de segurança face às inseguranças produzidas pelo mercado de emprego e pela insuficiência das políticas sociais” (Hespanha et al., 2001, p.46)

Laços de participação eletiva

Os laços de participação eletiva referem-se aqueles que são escolhidos pelos indivíduos, constituindo parte relevante da construção da rede de pertença. Este seu carácter eletivo permite que pessoas tenham a liberdade de escolher e de estabelecer as relações de acordo com seus desejos, aspirações e valências emocionais (Paugam, 2009, p. 68). Aquando da sua rutura, a socialização pode ficar comprometida, já a sua (re)construção poderá constituir um elemento fundamental para sair da situação de sem-abrigo.

Eu tive a viver 11 anos na V., com a mãe da minha filha. Comprei lá um apartamento, depois pedi empréstimo ao banco, depois o meu pai teve possibilidades de me ajudar a pagar e eu paguei, mas depois saímos de lá. Quando eu me separei da minha companheira, que não fomos casados, ficou um acordo no advogado que o apartamento é da minha filha. Mas nem eu, nem ela podemos lá dormir. (...) Depois fui viver para casa da minha mãe, dos meus pais, de novo. A minha irmã, pouco antes da minha mãe falecer, pensou em divorciar-se do marido, tinha uma boa casa e, depois, ficou com a casa dos meus pais. Só que eu na casa dos meus pais tenho metade e, essa metade ainda não a recebi (ent. C).

O que o levou a viver na rua? O meu divórcio. Divorcie-me da mulher e depois ela levou uma vida que não gostei, ela ficou com a casa e depois ficou com a miúda e eu saí (ent. D)

Nestas duas entrevistas podemos verificar que a rutura dos laços de participação eletiva é importante para entender como se chega à situação de sem-abrigo, sendo um exemplo o divórcio. O entrevistado D refere que o que

o levou a viver na rua foi o divórcio, sendo comum esta situação a mais três entrevistados, tendo este consciência que a forma como o encarou desencadeou um conjunto de acontecimentos que favoreceram a situação de sem-abrigo. Como refere Menezes (2008, p. 154), para “pessoas já fragilizadas o divórcio cria um trauma emocional assumindo-se como causa primordial” para a situação de sem-abrigo, uma vez que o sistema de apoio social está fragilizado. Num estudo da autora (Menezes, 2008, p. 208) com 45 pessoas em situação de sem-abrigo nas cidades de Lisboa, Paris e Londres (15 indivíduos em cada cidade), concluiu-se que o divórcio representa “uma fractura nos contactos familiares, incluindo com filhos”, salientando que esta situação de vulnerabilidade é desencadeada sobretudo pelo modo como perturba a capacidade de resistência do indivíduo. Portugal (2009, p. 87) cita os estudos desenvolvidos por Martin em 1992 e por Rands em 1988 sobre o divórcio e a rutura conjugal, afirmando que apontam, para a centralidade da família como fonte de suporte afetivo e para o seu papel no garante de um nível de vida material satisfatório. Apesar do divórcio não emergir como característica maioritária a nível de estado civil nos estudos de Costa (2007) ou da SCML (2014), aparece quase sempre de forma destacada este estado civil a seguir aos solteiros.

A confiança é também afetada, pela forma como se vive a situação de rutura, pelo que a reconstituição deste tipo de laço ou a criação de novos vínculos eletivos significativos podem demorar algum tempo.

Sou desconfiado com as pessoas. Até ficar com uma ideia das pessoas, fico sempre com o pé atrás. **Porquê? Já aconteceu alguma coisa?** Sim. Já me fizeram uma. **Que coisa?** Essa não te vou contar. É uma coisa só minha que não te vou contar. Nunca contei a ninguém. A partir daí é que... É que fiquei com medo das pessoas. Não é medo. É a confiança que podia dar e não dou. **Tem amigos?** Que amigo é que eu tenho?! Eu não tenho amigos, ando sempre sozinho. **Não sente falta de ter amigos?** Não. *Sozinho sempre. (...) Apanhei uma desilusão e para mim acabou.* **Que desilusão foi?** Isso não vou dizer. **Foi traição?** (pausa) Foi. **A primeira mulher?** Não, a segunda (ent. D).

Tal como foi referido anteriormente, a rutura deste laço, muito significativo para o indivíduo, poderá originar isolamento social e, assim, emergirem sentimentos de traição e abandono, como podemos verificar no excerto da entrevista D.

Laços de participação orgânica

Analisando-se seguidamente os laços de participação orgânica, dimensão relativa aos atores da vida profissional, podemos também verificar nas narrativas dos entrevistados que a sua rutura teve um papel importante na emergência da situação de sem-abrigo. Embora a rutura do laço de participação eletiva pareça ser tido como o principal fator desencadeante da situação de sem-abrigo da maioria

dos entrevistados, conjuntamente com ela, a rutura no laço de participação orgânica também se revela bastante significativa na sua manutenção.

Eu estive a trabalhar numa empresa que era ali na Q. da P., depois, aqui na altura a Dr^a. tinha dito que se eu estava a trabalhar que era altura de arranjar um quarto. Entretanto, pensei que o trabalho me desse para mais tempo, recebi o primeiro mês e fui logo para um quarto. Saí daqui. Depois só trabalhei lá um mês e sete dias. Nem me pagou os sete dias que trabalhei nem me deu a carta para o subsídio de desemprego. Depois não quis pedir aqui mais [Instituição], também acho que não havia vagas e também não quis pedir (ent. C).

O desemprego. (...) Eu sempre trabalhei muito e em vários sítios. Sempre fui muito trabalhador, só que perco os trabalhos por causa do... não digo que seja por causa do vinho. É que há aquelas pessoas, que são invejosas e eu não consigo enfrentá-las e saio. Abandona o trabalho? Sim. Mas o que tem feito? Trabalhei muito tempo na hotelaria. Em B. [país estrangeiro]? Não. Em B. [país estrangeiro] trabalhei numa tipografia à noite. Para não pedir dinheiro aos pais para estudar e até ajudava em casa. E na S. [país estrangeiro]? Na S. [país estrangeiro] também hotelaria. E em Portugal? Também em hotelaria, na fábrica de moagem, na construção civil e isso. E cá em C. [em Portugal]? Trabalhei na hotelaria, no restaurante I., ali. Trabalhei num restaurante na p. do c., naquelas esplanadas. E trabalhei aqui nas G., no café-bar. E saiu por causa dos colegas de trabalho? Aqui a patroa era fascista. E eu não gosto de fascistas (ent. F).

Os laços de participação orgânica estabelecidos com os atores da vida profissional permitem que os indivíduos possam alargar a sua rede de pertença, tornando-se um elemento chave para o estabelecimento de vínculos e da construção identitária. Com o afastamento da vida profissional os laços mais frágeis são os primeiros onde ocorre a rutura. No contexto de um sistema capitalista de mercado, o trabalho é o elemento central na inclusão social, pois permite um rendimento em troca da força de trabalho, dando acesso a determinados bens ou serviços, gerando também “maior envolvimento participativo do indivíduo na sociedade, visto que o emprego possibilita a capacidade de decisão, de escolhas relativamente à utilização dos recursos sociais e de pleno exercício de cidadania. Por outro lado, o desemprego sobretudo de longa duração causa danos psicossociais, tais como a perda de competências e autoestima” (Silva, 2008, p. 5).

Cinco entrevistados referem o emprego como crucial para mudar a sua vida e sair da situação de sem-abrigo.

Arranjar um trabalho, nem que seja naquilo que for. A minha profissão é construção civil, mas se arranjasse para ir trabalhar na agricultura... isso... desde que fosse um trabalho remunerado (ent. C).

Se eu conseguisse ter um trabalho e um salário para eu sobreviver era a coisa mais linda que eu podia ter na minha vida. (...) Arranjar um trabalho... mudava tudo na minha vida (ent. D).

Arranjar um emprego. Simples (pausa) a única solução. Para eu sair da rua é um trabalho (ent. F).

A emergência da situação de sem-abrigo, sobretudo para os sem-teto, elimina quase totalmente este laço. Partilhando das palavras de Bento e Barreto (2002, p. 88), “o trabalho é o grande organizador social, a partir do qual o indivíduo afirma a sua pertença a uma comunidade, e garante a sua subsistência e sobrevivência”. O emprego é identificado como a porta de acesso a um conjunto de reconhecimentos e vínculos, tornando-o tão desejado. O facto de ir a uma entrevista de emprego e dar a morada de uma instituição ou não ter morada é, desde logo, um entrave para a sua admissão. Aldeia (2011, p. 80) refere mesmo que “não ter habitação diminui drasticamente a possibilidade de aceder ao emprego e não ter emprego torna mais difícil manter a habitação”. Por outro lado, o facto de viver na rua vai causando alguma deterioração no aspeto físico e apresentação. A pele queimada pelo sol e frio, a precária higiene, a escassa alimentação, entre outras privações, trazem marcas ao aspeto físico e à saúde mental.

Ainda que o trabalho remunerado seja tido como o meio de inclusão social e de proteção face à pobreza, por excelência, em Portugal aponta-se para que exista uma manutenção da situação de pobreza numa percentagem considerável de população trabalhadora. Segundo Bruto da Costa (2007, p. 40; 2009, p. 157), a proporção de indivíduos pobres empregados (e seus agregados) era de 38% em 1989 e de 39% em 2004, demonstrando que o facto de ter-se emprego não significa linearmente o afastamento de uma situação de pobreza. Neste sentido, apesar da centralidade deste tipo de laço, a proteção que potencia é limitada, sendo quase insustentável a coexistência de trabalho e da situação de sem-abrigo.

Laços de cidadania

Os laços de cidadania devem ser analisados tendo em conta a sua participação social e o acesso a recursos. A cidadania dos indivíduos em situação de sem-abrigo apresenta-se como muito frágil, pois o acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos nos domínios social, económico, institucional, territorial e das referências simbólicas (Costa, 2007, p. 14) é muito limitado. Costa (2007, p. 32) refere mesmo que “associando as duas perspectivas, a da exclusão dos sistemas sociais básicos e a perda do poder, creio que somos necessariamente levados a concluir que a pobreza (...) constitui, além do mais, um problema de cidadania”.

A manutenção na situação de sem-abrigo reconfigura o laço de cidadania, alterando a proteção e o reconhecimento conferido por este, ficando o acesso a recursos e a participação social comprometidos com a sua rutura. Assim, através do processo de desafiliação o indivíduo em situação de sem-abrigo experiencia um “afastamento do mercado laboral regular, dos sistemas de proteção social e das redes sociais” (Aldeia, 2011, p. 30), vendo-se, em grande medida, usurpado da sua cidadania, de que a frequente falta de documentação é uma simples metáfora.

Qual a sua relação com as instituições? As nossas instituições são uma merda. Agora disseram-me que o G [projeto] não é para mim, porque aquilo é só para drogados. Disse-me a M., a chefe daquilo. Disse que: tenho que me sentar contigo e conversar contigo. Senhora Dr^a. sabe que quando eu vim para cá ofereceram-me tudo aqui. Mas eles não podiam. Eu disse: Oh M. esclareça isso com a Dr^a. Tu é que não queres fazer RSI, não queres fazer nada. Achas que eu devo de ir fazer o meu RSI, perguntei eu. E depois dá-me o resto do dinheiro que eu preciso para viver bem? Mas 180€ são sempre 180€. E eu disse: então mete os 180€ no cu. Prontos. Que eu não aceito isso. Eu já descontei aqui rios de dinheiro. Eu já fui cá empresário em Portugal. Mas depois, os últimos 16 anos, vim cá 2 vezes e nos últimos 11 não vim cá uma única vez. Mas foi mesmo de propósito. Era mesmo para esquecer. Desculpa lá por te ter respondido assim tão ‘coiso’, mas é o que eu penso (ent. E).

Qual a sua relação com as instituições? Não tenho. A única é o G [projeto]. A minha relação com eles é boa. **Costuma ir ao G [projeto]?** Sim. A minha morada é lá. Vou lá buscar as cartas, tomar banho de vez em quando. Como na cozinha económica. Mas agora até terça não como porque a cozinha económica está fechada. Ontem, hoje [sábado], amanhã está fechada. **O que vai comer?** Trouxe uma salada que sobrou ontem do jantar da república. **E nos outros dias, como pensa fazer?** (pausa) Não sei (ent. F).

Qual a sua relação com as instituições? Eu só estou no C [instituição], vou lá tomar a metadona e mais nada. **Como é a relação com o C [instituição]?** Nada boa porque não têm condições nenhuma. Uma pessoa quer ir ao quarto de banho fazer fezes e tens a sanita entupida. O que é isso?! Um gajo ter que ir fazer à rua?! Por isso é que eu não gosto de falar porque depois digo coisas que não devo (ent. D).

Qual a sua relação com as instituições?

Para mim acho que é boa. Eu acho que... Pronto, a principal que eu gosto é esta. ‘Tive na CA [instituição] *não gostei*’ (ent. C).

Nos excertos de quatro entrevistados, são identificadas cinco instituições de apoio. Gomes (2009, p. 53) no seu trabalho de investigação identificou oito instituições na cidade de Coimbra que trabalhavam com pessoas em situação de sem-abrigo em 2009, instituições que acompanhavam simultaneamente outras população-alvo com elevada vulnerabilidade social. No tipo de apoio prestado por estas “sobressaem duas categorias: a primeira caracteriza-se pelo apoio às necessidades básicas e a segunda pode caracterizar-se como o apoio à reintegração/inserção dos indivíduos na sociedade” (Gomes, 2009, p. 66). Na primeira categoria, encontramos o fornecimento de refeições, apoio médico e apoio à higiene pessoal, apoio em vestuário. Na segunda categoria, é referido o alojamento temporário, os programas ocupacionais, o programa de metadona,

a formação e a inserção profissional (Gomes, 2009; Gomes & Guadalupe, 2011), tendo caracterizado as respostas sociais fornecidas pelas instituições do estudo como essencialmente de carácter assistencialista.

Outro ponto relevante nesta análise é o conflito com as normas sociais vigentes na sociedade. O facto de as instituições serem geralmente reguladas por normas rígidas poderá constituir-se como um ponto de conflito (Tavares, 2010, p.50) insuperável e pode impedir o seu potencial apoio.

Redes sociais

No contexto do estudo original (Rosa, 2012) abordámos na entrevista cinco dimensões do capital social, a saber: redes sociais, confiança, normas e valores, e reciprocidade. Atendendo ao tema do artigo, abordaremos alguns dos resultados relativos apenas à primeira dimensão.

As redes sociais, consideradas como “os sistemas particulares de relações que unem actores sociais” (Fischer, 1977, *cit in* Guadalupe, 2009, p. 50), são canais onde circulam fluxos de recursos. Ao realizarmos uma análise às redes obteremos uma “explicação do compromisso social baseada em modelos de interacção entre os actores sociais” (Portugal, 2007, p. 7). As escolhas efetuadas pelos indivíduos são condicionadas pelos contextos sociais em que estão inseridos. A pertença de um indivíduo a uma determinada rede tem como objetivo a satisfação de uma determinada necessidade, sendo que o facto de pertencer a vários campos relacionais beneficia o indivíduo, podendo oferecer-lhe recursos mais diversificados (emocionais, informativos e instrumentais/materiais). Quando questionados sobre quais as pessoas mais importantes na sua vida atualmente, a maioria dos entrevistados manifesta algumas dificuldades em enumerá-los.

Cá em Coimbra, desde que está a viver na rua, tem tido amigos? Tenho, toda a Coimbra me conhece. Digamos assim. Mas aqueles que considera como amigos? Eu não tenho amigos. Eu não tenho aqui ninguém em quem confio, por isso não tenho amigos (Ent. E).

A minha filhota. (ent. D).

Como podemos verificar, a enumeração das pessoas pertencentes à rede dos indivíduos entrevistados é difícil de operacionalizar. Na primeira entrevista supracitada, não é identificada a rede de suporte social. Quando questionado sobre quem são os seus amigos, prontamente é respondido que não tem. No segundo excerto da entrevista também é clara a dificuldade de identificar a rede. O único elemento identificado é a filha com o qual não tem contacto há algum tempo. Pontualmente, ao longo da entrevista, os entrevistados fazem referência a algumas pessoas, mas no seu decorrer transparecem cortes relacionais, relações

conflituosas, distantes e desativações de vínculos, revelando a quase inexistência de redes relacionais. Não obstante, a rede percebida nem sempre corresponde à rede efetiva, uma vez que em momentos concretos revelam ter redes que oferecem algum suporte, ainda que nem sempre sejam valorizadas como redes nas suas narrativas, como podemos corroborar no excerto seguinte.

Eu passei muitos anos nas Q. e depois vou passando umas noites nas R... uma noite numa R., outra semana noutra R, com o apoio dos estudantes (Ent. F).

Consideram também fazer parte da sua rede os técnicos que os acompanham, identificando uma rede secundária ou formal. Neste sentido, Ramalho (2008, p. 126) afirma que “as novas redes das pessoas sem-abrigo são construídas de pares e dos técnicos que com eles intervêm”. Acrescentando ainda que, quando estas redes são potenciadas num sentido positivo, de criação de laços de afeto e de confiança, é possível investir na (re)construção de laços primários (*idem*).

Aqui as doutoras. Para mim são excelentes, tanto as doutoras como a que está ali hoje, a (...) Entretanto vamos conhecendo outras pessoas como vocês, que eu não conhecia. (...) Eu não tenho relação com muita gente aqui, porque alguns não vale a pena (ent. C).

O pessoal dos H. [associação], o E. [Assistente Social], tu, a M. [Assistente Social], o B. [Assistente Social] e o H. [membro da associação], todos. (...) os empregados, as doutoras (ent. A).

Num estudo realizado por Quintas (2010, p. 37), sobre pessoas em situação de sem-abrigo, numa amostra total de 85 indivíduos, verificou-se que relativamente às redes de suporte “o contacto familiar é inexistente, sem nenhuma figura significativa, para cerca de 51% da amostra. Quando existe figura de vinculação é, essencialmente, na família de origem (30%). Em relação às redes sociais, é preponderante o relacionamento exclusivo com técnicos e colegas de rua (65%)”. A falta de suporte social potenciado pelas redes dificulta a saída da situação de sem-abrigo.

A insuficiência e a vulnerabilidade das suas redes sociais condicionam, ou inviabilizam mesmo, a produção de capital social, como nos refere Putnam (2001, cit in Silva, 2011, p. 132) quando afirma que “os indivíduos isolados não produzem capital social; serão as redes sociais que se estabelecem entre as pessoas aquelas que serão capazes de o produzir, tanto mais quanto maior for a confiança entre os respectivos elementos integrantes”. Resgatando as palavras de Chouhy (2006, p.21) podemos sublinhar que a “excessiva mobilidade no espaço físico (ou a carência de um lugar fixo para habitar) pode desgastar as possibilidades de acesso a redes de capital social, onde circulam recursos, informações e contactos que permitem ao indivíduo evitar situações de risco social e lidar com condições adversas”. Todas as complexas vicissitudes associadas à situação vivida, restringem fortemente o acesso a redes sociais com recursos e a um efetivo suporte social, assim como o acesso a sistemas sociais e à cidadania.

Conclusão

Despojados de um conjunto de vínculos a sistemas sociais considerados estruturantes pela sociedade a que pertencem estes indivíduos, *são desafiados a reconfigurar o ser e o estar* em sociedade, numa comunidade excludente e perante a qual se encontram em desvantagem social (Rosa, 2012). A sua vivência *de e na* rua evidencia violações graves dos direitos e liberdades fundamentais que fazem parte do quotidiano dos seus pares domiciliados.

A aproximação a esta realidade através das narrativas de pessoas em situação de sem-abrigo, convoca a uma reflexão crítica por parte dos diferentes agentes que desenvolvem a sua ação junto de pessoas nesta situação. A existência e a manutenção de laços sociais é uma dimensão estruturante da vida em sociedade. A sua rutura é, por conseguinte, um elemento central na compreensão dos fatores que sustentam a emergência e a manutenção da situação de sem-abrigo, sendo essencial que se atenda a esta dimensão quando se estuda e se intervém nesta problemática. Não se trata de mera exclusão da esfera habitacional ou da esfera profissional; a situação de sem-abrigo encontra-se profundamente interligada com a restrição das redes de relações (em dimensão, diversidade e densidade) associadas a um esboroamento do laço social. Se nos ancorarmos no pensamento de Paugam (2009) entenderemos que as ruturas coexistem nos diversos tipos de laços sociais e esta estreita teia de sucessivas quebras, concorre para um processo de comprometimento de consequências múltiplas na vida destes indivíduos numa esfera de mobilidade descendente.

A situação de sem-abrigo conjuga privação, destituição, exclusão e dessocialização. Porque resultante da confluência múltipla de ruturas e desvinculações, que se mantêm no tempo, às quais se associam a emergência de redes frágeis e reduzidas à dimensão instrumental, não concorre de forma positiva para o estabelecimento e manutenção de laços sociais.

Tal exige o desenvolvimento de estratégias de intervenção capazes de mobilizarem as redes sociais (formais e informais) em favor da (re)construção de laços e da cidadania, que não são compatíveis com a luta diária pela subsistência, *per si*.

As narrativas partilhadas pelos entrevistados neste estudo denunciaram algum constrangimento em narrar alguns aspetos, nomeadamente a referência à família e a trajetória na situação de sem-abrigo, e uma abordagem ténue a alguns assuntos. Esta investigação constitui-se um enorme desafio teórico-metodológico, merecendo um aprofundamento no contexto da investigação e no Serviço Social, atendendo às implicações interventivas que podem explorar-se, na senda da (re) construção de trajetórias de vida, (re)construção e sedimentação de redes sociais e da implicação coletiva.

Concluimos, sublinhando a importância de um investimento continuado e sustentado, para profissionais e investigadores em Serviço Social, que permita concorrer para a colmatação da necessidade, impreterível, de compreender

a multiplicidade de fatores e dimensões que concorrem para a emergência, manutenção e saída da situação de sem-abrigo, na senda de uma intervenção social mais ajustada e capaz de responder às necessidades dos cidadãos e comunidades. *É este, aliás, o permanente desafio deixado pela investigação e intervenção em Serviço Social.* O conhecimento dos processos de rutura e de (re)construção dos laços sociais nas pessoas em situação de sem-abrigo, pelas suas próprias vozes, constitui-se num pequeno contributo para (re)criação e co-construção de estratégias propositivas e de intervenção e do Serviço Social no contexto deste problema social e com as pessoas que se encontram nesta situação (Rosa, 2012).

Referências Bibliográficas

- Aldeia, João (2011). A Barraca do Rui: os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo [Dissertação de Mestrado]. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. [Consult.23 março de 2012] Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15725>
- AMI - Amnistia Internacional, Núcleo de Coimbra (2013/03/8). A realidade dos sem-abrigo em Coimbra. [Consult. 4 de março de 2014] Disponível em <http://nucleoamicoimbra.blogspot.pt/2013/03/a-realidade-dos-sem-abrigo-em-coimbra.html>
- Balsa, Casimiro (2006). Relações de Confiança e Modalidades de Laço Social. In Casimiro Balsa (org). Confiança e Laço Social (p. 9-22). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. ISBN 972-772-603-8.
- Barrón, Ana (1996). Apoyo social: aspectos teóricos y aplicaciones. Madrid: Siglo España Editores. ISBN 84-323-0918-4.
- Bento, António, Barreto, Elias (2002). Sem-Amor Sem-Abrigo. Lisboa: Climepsi Editores. ISBN 972-796-070-7.
- Bento, António, Barreto, Elias, Pires, Teresa (1996). Os Sem-Abrigo nas ruas de Lisboa. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Castel, Robert (2003). As metamorfoses da questão social: uma crónica do salário. Petrópolis: Editora Vozes. ISBN 8532619541
- Chouhy, Gabriel (2006). Personas en situación de calle o sin techo:privaciones diferenciales y trayectorias. FCS - UDELAR. [Consult. 30 de agosto de 2012] Disponível em <http://respaldo.fcs.edu.uy/publicaciones/G.%20CHOUHY06.pdf>.
- Costa, Alfredo Bruto da (2007). Exclusões sociais (6^o Edição; 1^a edição, 1998). Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-612-9.
- Costa, Alfredo Bruto da (coord.), Baptista, Isabel, Perista, Pedro, Carrilho, Paula (2008). Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo. Lisboa: Gradiva.
- Domandzic, (s.d.) Nuevos perfiles de personas sin hogar en la ciudad de Barcelona: un reto pendiente de los servicios sociales de proximidade. Documentos de

- Trabajo Social. Nº 47: 9-30. [Consult. 23 de agosto de 2012] Disponível em http://www.trabajosocialmalaga.org/archivos/revista_dts/48_01.pdf.
- Feantsa (2005). ETHOS - European Typology of Homelessness and Housing Exclusion. [Consult. 14 de Julho de 2012]. Disponível em <http://www.feantsa.org/files/freshstart/Toolkits/Ethos/Leaflet/EN.pdf>.
- Gomes, Teresa Simões (2009). As redes do sem-abrigo e para o sem-abrigo em Coimbra: estudo sobre redes de suporte formal ao sem-abrigo na cidade de Coimbra. [Dissertação de Mestrado]. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga. Disponível em: <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/172>.
- Gomes, Teresa Simões & Guadalupe, Sónia (2011). Redes de suporte formal ao sem-abrigo na cidade de Coimbra. *Interações, Sociedades e novas modernidades*, 21, 71-94. Coimbra. ISSN 0873-0725. Disponível em: <http://interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/323/335>.
- Guadalupe, Sónia (2003). Programa rede social: questões de intervenção em rede secundária. *Interações, Sociedades e novas modernidades*, 5, 67-90. ISSN 0873-0725. Disponível em <http://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/issue/view/6>.
- Guadalupe, Sónia (2009). *Intervenção em rede: serviço social, sistémica e redes de suporte social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-972-8074-04-3.
- Hespanha, Pedro, Damas, Ana, Ferreira, António Cardoso, Nunes, Maria Helena, Hespanha, Maria José, Madeira, Rosa, Hoven, Rudy Van Den, Portugal, Sílvia (2001). Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local. In Pedro Hespanha e Graça Carapinheiro (orgs.). *Risco Social e incerteza, pode o Estado Social recuar mais?* (pp.25-54). Porto: Afrontamento. ISBN: 972-36-0571-6.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2012). Resultados Definitivos dos Censos 2011. Disponível em: http://www.ine.pt/scripts/flex_definitivos/Main.html
- ISS - Instituto da Segurança Social (2005). *Estudo dos sem-abrigo*. Lisboa: Grafilinh.
- Leandro, Maria Engrácia & Ferreira, Laura Margarida (2011). Os laços sociais em questão. *Metamorfoses sociais, metamorfoses de uma nação*. In Maria Engrácia Leandro (coord.). *Laços familiares e sociais* (p. 27-57). Viseu: Editora Psicossoma. ISBN 978-972-8994-31-0.
- Mance (2009). Redes de colaboração solidária. in P. Hespanha (org.). *Dicionário internacional da outra economia* (p. 278-283). Lisboa: Almedina.
- Paugam, S. (2005). La perception de la pauvreté en Europe depuis le milieu des années 1970: analyse des variations structurelles et conjoncturelles. *Économie et statistique*, nº 383-384-385. [Consult. a 12 de novembro de 2011]. Disponível em http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?reg_id=0&id=1532.
- Paugam, Serge (2009). *Le lien social* (2º Edição). Paris: PUF. ISBN 978-2-13-057830-7.
- Portugal, Sílvia (2006). *Novas famílias, modos antigos - as redes sociais na*

- produção de bem-estar. [Tese de Doutoramento]. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Portugal, Sílvia (2007). Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. Oficina do CES (Centro de Estudos Sociais). [Consult. 23 de dezembro de 2011], Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>.
- Portugal, Sílvia (2011). Dádiva, família e redes sociais. In. S. Portugal & P.H Martins (orgs.). Cidadania, Políticas Públicas e Rede Sociais (pp. 39-53). Coimbra: Imprensa da Universidade. ISBN: 978-989-26-0073-4
- Rede Social de Coimbra (2010). Diagnóstico social do concelho de Coimbra. Conselho Local de Acção Social de Coimbra. Disponível em: http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=161&Itemid=364
- Rosa, Vânia (2012). Laços sociais e capital social nas narrativas das pessoas em situação de sem-abrigo. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga. Disponível em: <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/162>
- Quintas, Silvia (2010). A percepção dos técnicos e indivíduos “sem-abrigo”: Histórias ocultas de uma realidade do Porto. [Dissertação de Mestrado]. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Ramalho, Vanda (2008). Sopas e cobertores: da desafiliação das pessoas sem-abrigo à inovação das práticas em serviço social. [Dissertação de Mestrado]. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995). Sociedade providência ou autoritarismo social? Revista Crítica de Ciências Sociais, 42, i- vii. [Consult. 3 de setembro de 2012], Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociedade_Providencia_ou_Autoritarismo_Social_RCCS42.PDF. ISSN 0254-1106.
- SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2014). Relatório Final do Programa Intersituações de Exclusão e Vulnerabilidade Social. [Consult. 8 de março de 2014], Disponível em: [http://imgs.santacasa.viatecla.com/share/2014-03/2014-03-07113600_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33\\$\\$72F445D4-8E31-416A-BD01-D7B980134D0F\\$\\$4C58DD97-65CF-4679-A945-DE4C3BC23644\\$\\$storage_image\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://imgs.santacasa.viatecla.com/share/2014-03/2014-03-07113600_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33$$72F445D4-8E31-416A-BD01-D7B980134D0F$$4C58DD97-65CF-4679-A945-DE4C3BC23644$$storage_image$$pt$$1.pdf)
- Silva, Marisa Fonseca (2011). @vós.TIC: o aumento do capital sociocultural nos seniores mediante a alfabetização e uso das TIC. [Tese de Doutoramento]. Salamanca: Facultad de Educación.
- Silva, Nataline. (2008). Factores de pobreza e exclusão social - categorias sociais vulneráveis. Pretextos, Lisboa, 29, 5-8. ISSN 0874-9698
- Tavares, Ana (2010). Acompanhamento social a pessoas que vivem em situação de sem-abrigo com doença mental. [Projeto de graduação]. Porto: Universidade Fernando Pessoa.